

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pelo POU
o militante
socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919

Editor: POU - Partido Operário
de Unidade Socialista
NIPC: 504211269

Sede: Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOA

Isenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)

Director: Joaquim Pagarete

Comissão de redacção:

Aires Rodrigues
Carlos Melo
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete

Impressão: Imaginação Imprensa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa

Edição: 100 Exemplares

A nossa história:

O jornal “**O Militante Socialista**” nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho. Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros “Militantes Socialistas”, o POU impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de “O Militante Socialista” identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

Como retomar o caminho que Abril abriu?



A população da vila de Almeida não se resigna com a decisão de ver encerrada a agência da CGD – o seu banco de uma vida, o banco estatal que existe desde antes da República. Ocupou as suas instalações; tem o apoio expresso do Presidente da Câmara e dos deputados do PS eleitos pela região. No entanto, até esta data, o Governo não pareceu disposto a responder positivamente às legítimas exigências desta população. No seguimento das greves em vários sectores, muitos trabalhadores das grandes superfícies recusaram trabalhar no dia 1º de Maio, ao apelo das duas Centrais sindicais, exigindo o reconhecimento do direito a não trabalhar neste dia.

No entanto, o Governo também não cede uma linha no restabelecimento da livre contratação colectiva. Uma situação que leva, actualmente, à existência de apenas 600 mil trabalhadores abrangidos por um contrato colectivo de trabalho, quando antes da aplicação do Memorando da Troika eram mais de dois milhões.

Sim, é um facto que foram repostos alguns dos direitos contidos no programa eleitoral do PS, ou resultantes dos “acordos” e “entendimentos” com o PCP, o BE e o PEV, base da formação do Governo. Pela voz do seu Secretário-geral, Arménio Carlos, a CGTP afirma: “*O que alcançámos não foi nenhuma dívida. Tudo resultou da luta*

dos trabalhadores.”

A este propósito, é importante lembrar as condições da própria formação do Governo. Nessa altura, a Direcção do PS explicou a todos – e, em particular, às instituições do capital financeiro – que, por um lado, se fizesse uma aliança à direita, o PS “pasokava” (como aconteceu ao PASOK na Grécia e está a acontecer por toda a parte, sendo o último exemplo o do PS francês) e, por outro lado, comprometia-se a respeitar todas as garantias feitas pelo Estado português às instituições do capital financeiro (BCE, Comissão Europeia, FMI). Nessa altura, o POU declarou que – afastado o PSD e o CDS do poder, por vontade expressa da maioria do povo – novos caminhos se abriam mas não seriam sem obstáculos, perguntando: «*Poderá um Governo, por mais competente que ele seja, mudar o rumo do país dentro do colete-de-forças das instituições da União Europeia?*».

Agora o Governo quer ir ainda mais longe, como mostra o seu Programa de Estabilidade 2017-2021, à custa da redução do investimento público e nas funções sociais do Estado. Passado ano e meio, a vida mostra que a política de subordinação ao capital financeiro se opõe à solução dos problemas do país e, em última instância, conduz ao afrontamento com os trabalhadores e as populações. Ana Avoila, dirigente da Federação dos sindicatos da Função Pública da CGTP,

anunciou uma greve dos trabalhadores da Administração Pública, a 26 de Maio, para que a redução do défice orçamental não continue a ser feita à custa das condições de vida e de trabalho dos funcionários públicos.

Os médicos decidiram entrar em greve, após dezenas de negociações e os enfermeiros vão entrar em greve de zelo. É o pronúncio do retomar da iniciativa para que sejam, de facto, recuperados os direitos perdidos ao longo de sucessivas legislaturas. É um movimento que encontra as mesmas dificuldades de milhões de trabalhadores, em todos os países da Europa, perante governos que põem em prática programas semelhantes.

Em todos estes países há uma aspiração comum: conseguir a formação de governos que apostem na cooperação solidária entre povos livres e soberanos. A vida ditará a forma que tomará essa cooperação. Uma coisa sabemos: os trabalhadores europeus, enquanto classe da sociedade cujos interesses são comuns entre si, qualquer que seja a sua nacionalidade, são a única classe em que se pode apoiar a construção de uma Europa de povos livres e soberanos; só os trabalhadores podem garantir este caminho, através da mobilização com as suas organizações, assente no reforço da sua independência. Um caminho que os militantes do POU querem ajudar a percorrer, lutando lado a lado com os trabalhadores e militantes de outras organizações, como mostram as informações contidas nas páginas deste MS.

Carmelinda Pereira